

## Coletivos urbanos insurgentes: as disputas pelo espaço na cidade de Curitiba

### Insurgent urban collectives: disputes over the space in Curitiba

Simone Aparecida Polli, Rafael José Pivetta\*



#### Resumo

Os espaços públicos, locais típicos da vida política e pública, sujeitos a diferentes conflitos e interesses, vêm sofrendo processos de sucateamento. Os bens comuns urbanos, por guardarem significados e simbolismos próprios, também são disputados na cena urbana. Como resposta, uma série de ações organizadas em coletivos, aparecem em defesa da vida pública, questionando o modelo de produção da cidade. Este artigo busca analisar as práticas e a organização desses coletivos, para traçar um panorama do ativismo urbano na luta pelos espaços comuns em Curitiba, segundo três estudos de caso: Praça de Bolso do Ciclista, Parque Gomm e Parque Bom Retiro. Esse ativismo de identidade e de pensamento fluidos, apoiado nas redes sociais, encontra no espaço comum o lugar para materializar suas ações, firmando novas inter-relações entre coletivos, ativistas e a população.

**Palavras-chave:** coletivos urbanos; conflitos urbanos; espaço público; comuns urbanos; urbanismo insurgente.

#### Abstract

Public spaces, typical places of political and public lives, are subject to different conflicts and interests and currently undergo a process of scrapping. The “urban commons”, for keeping their own meanings and symbolisms are also disputed in the urban scene. In response, a series of actions, organized in collectives, insists on the maintenance of spaces and public life, questioning the city production. This article aims to analyze the practices and the organization of these collectives in order to give an overview of urban activism in the struggle for commons spaces in Curitiba, according to three case studies: Praça de Bolso do Ciclista, Parque Gomm, and Parque Bom Retiro. This activism of fluid identity and beliefs, supported by social networks, finds in the common space a place to materialize its actions, establishing new interrelationships among collectives, activists and the community.

**Keywords:** urban collectives; urban conflicts; public space; commons urban; insurgent urbanism.

## 1. Introdução

Os espaços públicos vêm sofrendo um processo de encolhimento e homogeneização, sendo substituídos pelos espaços pseudo-públicos, sob controle privado como galerias, *shopping centers* e espaços de lazer (SERPA, 2007). Tais espaços, como cerne do fazer político, adquirem outros status, sendo lugares de disputa na cidade, tanto pelo mercado imobiliário quanto pelo Estado (SOBARZO, 2006).

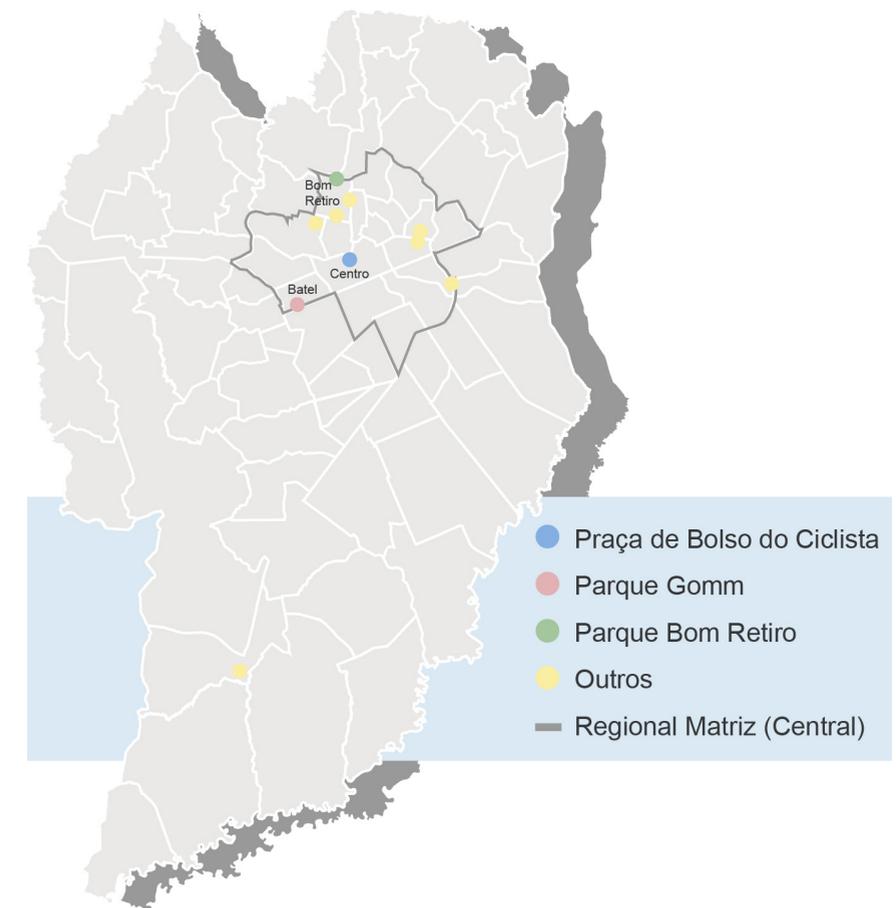
Em contrapartida, mobilizações que lutam pela permanência, manutenção e criação de espaços comuns começam a surgir na cidade, a partir de 2010, mas especialmente após as manifestações de junho de 2013[1] (TRINDADE, 2016). Mobilizações como o Ocupe a Praia da Estação[2] (2010), em Belo Horizonte; Movimento Baixo Centro[3] (2012), em São Paulo; e o Ocupe Estelita[4] (2014), em Recife, são alguns dos exemplos dessas novas insurgências que questionam a maneira com que o poder público e a iniciativa privada vêm usando esses espaços na cidade (LIMA, 2017). Os bens comuns urbanos são lugares significativos que podem representar usos sociais compartilhados por uma parcela da população, mas que muitas vezes estão em disputa com o mercado imobiliário, Estado, iniciativa privada.

Na cidade de Curitiba, movimentos de ativismo urbano se fortaleceram principalmente a partir de 2005, com as intervenções em espaços públicos realizadas pelo coletivo Interlux[5], como as praças piratas, a jardinagem libertária, o projeto “ocupação” nos terminais de ônibus e a série de colagens de círculos vermelhos pela cidade. Em 2011, integrantes desse coletivo formaram a Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu, ou Ciclolguaçu, e passaram a focar suas manifestações e questionamentos para a mobilidade urbana ativa. Em 2014, esse coletivo conquistou a primeira praça de construção coletiva de Curitiba, a Praça de Bolso do Ciclista (entre as ruas São Francisco e rua Presidente Faria) e o projeto da Vaga Viva (TRINDADE, 2016).

A partir dessa conquista, outras mobilizações surgiram na cidade, como o Parque Gomm (2013), o Jardim Poeta Leonardo Henke (2014), a Praça Himeji (2016), o Parque Bom Retiro (2017), o Coletivo Mão na Terra (2017), a Horta comunitária do Cristo Rei (2017), a Horta do Jacu (2017), as Hortas Comunitárias do Tatuquara (2017) e a Praça do Itupava (2018). Todas elas são organizadas a partir de grupos de moradores e coletivos sobre

**Figura 01:** Localização dos espaços públicos reivindicados em Curitiba. Fonte: Adaptado IPPUC, autoria própria, 2018.

os ideais de sustentabilidade, mobilidade, e garantia do espaço público, concentradas principalmente nas regiões centrais da cidade (Figura 01).



Esses protestos revelam a vontade de grupos sociais, uma dinâmica e valores de uso na cidade, por vezes encoberta e endurecida pelos sistemas de planejamento urbano convencionais. Portanto, analisar a insurgência desses movimentos é questionar o paradigma construído da ‘cidade modelo’[6], as noções de espaço público, de coletividade, da violência, e o papel da mobilização social na construção de uma cidade pautada por princípios que estão fora do escopo tradicional tecnocrático do planejamento urbano.

Este artigo tem como objetivo principal traçar um panorama que caracterize os coletivos organizados que reivindicam por

espaços públicos na cidade de Curitiba, suas pautas e interações com outros grupos, de modo a entender as dinâmicas desse novo ativismo insurgente.

A partir da pesquisa do “Observatório dos conflitos urbanos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, foram escolhidos 3 estudos de caso por possuírem grande visibilidade midiática e características relevantes ao objeto deste artigo. São eles: a Praça de Bolso do Ciclista (defendido principalmente pelo coletivo Ciclolguaçu), por seu pioneirismo; o Parque Gomm (defendido pelo coletivo Salvemos o Bosque da Casa Gomm – SBCG), por ser o primeiro parque comunitário de Curitiba; e o Parque Bom Retiro (defendido pelo coletivo a Causa mais Bonita da Cidade -CMBC), que, pela novidade, contribui para o entendimento das dinâmicas do ativismo no período recente. Como método, realizaram-se entrevistas semi estruturadas com atores relevantes dos coletivos além da utilização de notícias e reportagens de veículos da imprensa, dados do MapCon[7] (Mapeamento de Conflitos do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba) e conteúdo das páginas oficiais do facebook de cada coletivo, além de material bibliográfico de teses e dissertações cujo objeto se aproxima desta análise.

## 2. Espaço e ação coletiva: um planejamento insurgente.

### 2.1 Os espaços públicos e comuns urbanos nas práticas cotidianas

O espaço público, desde sua gênese, se apresenta como o local de uso comum. Para Hannah Arendt (1997), esse espaço se configura como um mundo compartilhado de significações e de visibilidade do outro, em oposição ao ambiente privado, caracterizado pelas convicções subjetivas, pelo senso de propriedade e proteção. A filósofa alemã define a importância do âmbito público na formação humana como imprescindível para a sociabilidade e a democracia. Para Arendt (1997), a dissolução desse espaço coletivo diminui o interesse no outro e o senso de responsabilidade com o mundo, e somente sua pluralidade pode trazer à tona a verdadeira liberdade pública (*apud* TELLES, 1990).

Arendt (1997 *apud* TELLES, 1990) ainda caracteriza como espaço da ação e do discurso. Ação, como ambiente propício para a realização de mudanças: discurso como local de compartilhamento das visões subjetivas. Dessa forma, o discurso se configura como espaço onde as tradições são

construídas e modificadas, a memória perpetuada e as leis comuns desenvolvidas. Para Sobarzo (2006) é preciso cautela ao avaliar esses conceitos e entender o espaço público apenas como o facilitador da co-presença. Para ele, este é um ambiente de encontros anônimos, impessoais e civilizados, não necessariamente de trocas socioculturais profundas, o que, de maneira alguma, diminui sua importância sociopolítica.

A partir da ótica das políticas e da gestão públicas, o espaço público é definido como aquele que possui a propriedade jurídica da terra como pública, limitando o conceito proposto por Arendt. As disputas que serão analisados neste artigo não levam em consideração o fator de propriedade jurídica. Dessa forma, os chamados comuns urbanos adquirem importância nas disputas pela definição dos rumos da cidade. Neste artigo os “comuns urbanos” são tratados como todas as áreas abertas e livre de edificações que reúnam características de identidade, sociabilidade, usos comuns, independentemente de sua propriedade jurídica formal. São espaços que colaboram na realização da vida pública e na convivência urbana, que trazem traços representativos de um grupo, seja pela sua história, identidade ou valor ambiental. As noções de espaço público e bens urbanos comuns por vezes se misturam na medida que retomam a vida cotidiana e a socialização.

São nesses espaços que os embates se evidenciam, na disputa por projetos com concepções distintas para o mesmo lugar. De acordo com SOBARZO (2006), o espaço urbano se configura a partir de um constante confronto entre dominação e apropriação. De um lado, grupos sociais privilegiados buscando adquirir controle financeiro e político sobre a cidade, produzindo a segregação socioespacial, na medida em que os espaços são vendidos, homogeneizados e transformados em mercadoria, alinhando-se com o desejo de controle da “paz social” adotada pelo Estado. De outro lado, outros grupos da sociedade apropriam-se dos espaços, dando novos e insurgentes usos a partir da sua própria vida cotidiana (SOBARZO, 2006).

A busca pelo controle do espaço se estende a todos os âmbitos da formação da cidade, inclusive às estratégias produzidas pelo planejamento urbano. Nesse sentido, o Estado, que deveria se apresentar como redutor das contradições sociais e zelador dos interesses coletivos, atua na consolidação dos interesses de grupos privilegiados, que possuem maior poder de barganha sobre a cidade (SOBARZO, 2006).

A propagação do medo e a criação de ambientes seletos e excludentes vêm alterando as percepções sociais dos espaços (MENDONÇA, 2007). Assim, a apropriação dos espaços públicos ou de uso comum pela iniciativa privada acarreta na aplicação de instrumentos de controle e vigilância, criando *enclaves fortificados* que “protegem” o “cidadão de bem” dos perigos do desconhecido trazidos pelo outro (CALDEIRA, 2000).

Em contrapartida, o uso e as práticas cotidianas vivenciadas no espaço comum constroem a identidade e o pertencimento das pessoas, transformando um mero espaço em lugar (SOBARZO, 2006), afinal as pessoas influenciam e são influenciadas pelo espaço (MENDONÇA, 2007). Assim surgem intervenções diretas no espaço urbano, que se distanciam da política institucionalizada, enfatizam a cultura e a insurgência social como meio de embate na cidade, trazendo voz e visibilidade a novos grupos sociais (MAZETTI, 2006).

## 2.2 Um novo fazer urbano: insurgências do espaço

Nos últimos anos, vêm aparecendo coletivos e organizações que buscam intensificar o processo de apropriação como forma de embate ao que Carlos Henrique de Lima (2017) chama de *cidade consensual*, ou seja, o ambiente urbano vigente, construído sobre a lógica dos interesses dominantes e do desmanche do espaço público. Esses grupos coletivos e suas manifestações, ou a *cidade insurgente* de LIMA (2017), revelam uma nova forma de ver e fazer a cidade.

Os grupos que realizam tais mobilizações pelo espaço urbano, se organizam em torno dos chamados coletivos, que, diferente de outras organizações sociais, possuem uma grande transitoriedade dos participantes e fluidez identitária, o que torna sua conceituação complexa (TRINDADE, 2016). De maneira geral, esses grupos se distanciam das instituições governamentais, têm práticas não violentas que evitam o embate, são horizontais, independentes e transpassam as formas clássicas de protesto (LIMA, 2017).

Essa nova configuração difusa, muitas vezes sem uma coerência conceitual, denominada de *nuvem* (LIMA, 2017), diferencia-se dos clássicos movimentos sociais e dos chamados novos movimentos sociais (TRINDADE, 2016), porém mantém sua importância como ativismo urbano na atual dinâmica social.

O ativismo realizado pelos coletivos insurgentes, também

chamado de urbanismo tático, urbanismo de guerrilha, urbanismo *pop-up* e urbanismo *do-it-yourself*, além de questionar as políticas públicas na cidade, coloca o espaço público como protagonista da mesma (HORI, 2017). Ou, nas palavras de LIMA (2017, p. 9) “esses movimentos tematizam a cidade como objeto de disputa e afirmam ‘as ruas’ [o espaço comum] como lugar da diferença”. Para se apropriarem desses espaços, as metodologias desenvolvidas são diversas, mas buscam o engajamento e empoderamento da população local (HORI, 2017). Além disso, suas manifestações podem assumir diversas dimensões, ao mesmo tempo um caráter político-cultural (LIMA, 2017) e ambiental (TRINDADE, 2016), por exemplo. Assim, a partir de suas contestações, criminalizadas pelos grupos dominantes, esses grupos apresentam uma alternativa ao planejamento formal promovido pelo Estado. Um planejamento insurgente, pautado na participação direta dos atores, que se autodeterminam agentes transformadores (MIRAFTAB, 2016).

Essas práticas e experiências devem ser reconhecidas como formas de planejamento, pois incorporam instâncias do fazer a cidade, de pessoas planejando seu futuro, que corporificam um urbanismo mais humano, com nova imaginação e novo repertório, denominado por Miraftab (2016) como “planejamento insurgente”. Segundo a autora o planejamento insurgente ou conflitual é baseado em três princípios: Transgressão no tempo, lugar e ação; práticas contra hegemônicas e recuperação do idealismo por uma sociedade justa.

Os coletivos que lutam a favor da diversidade de ideias na cidade, representam as contradições nela vividas (LIMA, 2017). Dessa forma, faz-se necessário interpretar esses coletivos para entender a cidade (HORI, 2017) e assim possibilitar o planejamento e a criação de espaços flexíveis que promovam o uso e atendam às necessidades dos diferentes grupos sociais (MENDONÇA, 2007). Afinal, a busca por uma cidade mais justa, depende da luta pelo direito à cidade e pelo direito de participar dela (HARVEY, 2014).

## 3. Reivindicando a apropriação dos espaços abertos em Curitiba

Os estudos de caso trazem uma análise de três lugares, um público e dois de propriedade particular, que foram exigidos pelos moradores e por outros grupos como essenciais a convivência e sociabilidade comum. Por meio dos estudos de casos percebem-

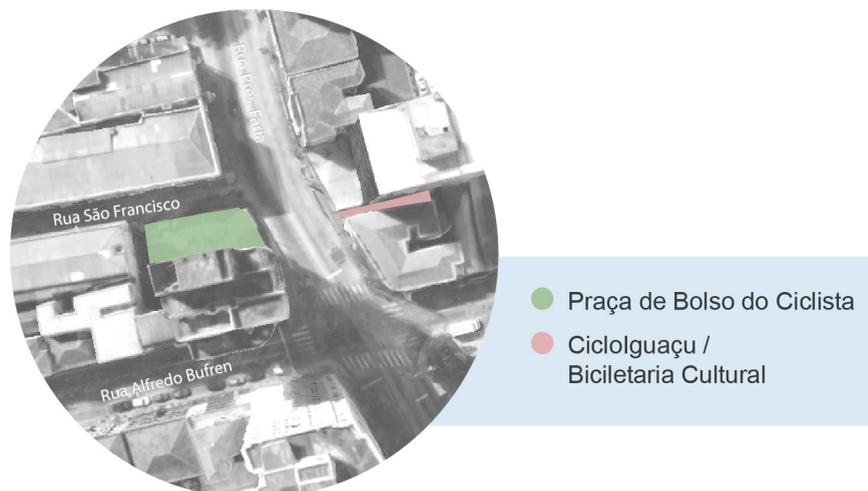
se como se articulam essas práticas pelos diversos grupos sociais no enfrentamento à privatização do espaço.

### 3.1 Praça de Bolso do Ciclista

A Praça de Bolso[8] do Ciclista localiza-se entre as ruas São Francisco e rua Presidente Faria, no centro histórico de Curitiba (Figura 02). Finalizada em 2014, a construção coletiva desse espaço público foi uma iniciativa de cicloativistas que compõem a Associação dos Ciclistas do Alto Iguaçu, ou Ciclolguaçu.

A associação surgiu a partir de um desmembramento do coletivo artístico criado em 2002 e formado por colegas de faculdade que se reuniam para praticar e celebrar a cidade, o Interlux. Em 2011, alguns dos antigos membros deram continuidade aos trabalhos de ativismo urbano e de elogio à bicicleta, com o objetivo de desenvolver a ciclomobilidade como um sistema seguro na cidade de Curitiba.

Como associação, o Ciclolguaçu se envolveu com outros coletivos de mobilidade, como o Bike Anjo e a Sociedade Peatonal, e com grupos de pedal, como a Bicicletada[9], incentivando o uso da bicicleta e advogando pela mobilidade urbana ativa, numa relação formal com o poder público. Essa relação ocorre a partir da participação do coletivo em conselhos municipais, no planejamento municipal e na produção de relatórios informativos, além de possuir um vereador eleito pelo grupo, atualmente deputado estadual.



**Figura 02:** Localização Praça de Bolso do Ciclista. Fonte: adaptado google, autoria própria (2018)

Faria, justamente em frente a um terreno que posteriormente seria a Praça de Bolso do Ciclista. O terreno foi um ativo de massa falida doado à prefeitura em 1992 e se encontrava abandonado (TRINDADE, 2016). Retomando as práticas do Interlux de ocupação e experimentação da cidade, a associação vislumbrou a criação de um espaço público, que enaltescesse a ciclomobilidade.

Em 2013, o Ciclolguaçu entrou em contato com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), que aceitou a proposta que complementaria o programa de revitalização do centro histórico e da Rua São Francisco, finalizado em 2012. O projeto inicial da praça ficou sob responsabilidade da PMC, que tinha prazo até fevereiro de 2014 para a realização do III Fórum Mundial da Bicicleta.

Porém os trâmites burocráticos e a finalização das obras da Copa do Mundo de 2014 impediram sua execução. Então o coletivo assumiu o comando e as obras foram realizadas por meio de mutirões, logo após a realização do mural da artista e cicloativista estadunidense Mona Caron, durante o Fórum. Todo o trabalho, desde o planejamento até a execução, foi realizado pelo grupo organizado, recebendo apenas auxílio de maquinário e técnicos da prefeitura. O mesmo se aplica ao material utilizado, no qual cerca de 80% veio de comerciantes que os apoiavam (PATRÍCIO, 2015).

Durante a construção (Figura 03), o coletivo toma outra forma, expandindo-se para os passantes e para apoiadores em geral e tornando-se mais fluído e transitório, mantendo a formação original apenas como núcleo de coordenação (TRINDADE, 2016). Organizado de maneira horizontal, o processo contou com diversas oficinas de capacitação, como de mosaico, grafite, carpintaria, horta capilar e bioconstrução. Isso aumentou o sentimento de apropriação e fez nascer um movimento “de pessoas que se sentem pertencidas e tem a cidade como seu quintal” (ROSENBAUM, 2018)[10], unificando interesses e não tendo, neste momento, oposições à sua construção.

A praça foi finalizada em setembro de 2014 e rapidamente se transformou em um ponto focal curitibano de atrações culturais, tornando a rua São Francisco praticamente pedestrializada. Essa grande movimentação e a diversidade de públicos abrigados pelo espaço trouxe consigo o barulho, o lixo e o vandalismo, o que incomodou os moradores e comerciantes da região, que conseguiram proibir a realização de alguns eventos (TRINDADE, 2016).

Esse fato, atrelado às baixas temperaturas de Curitiba e ao desgaste temporal sem a devida manutenção, ocasionou uma redução gradual do uso da praça e sua apropriação por outros usuários, em especial os vendedores de drogas. Mesmo assim, a construção da Praça de Bolso do Ciclista transformou uma rua escura, deserta, perigosa e cheia de carros estacionados em um espaço de convivência aberto, movimentado, destinado ao pedestre e ao ciclista, transformando não apenas o terreno, mas seu entorno imediato.

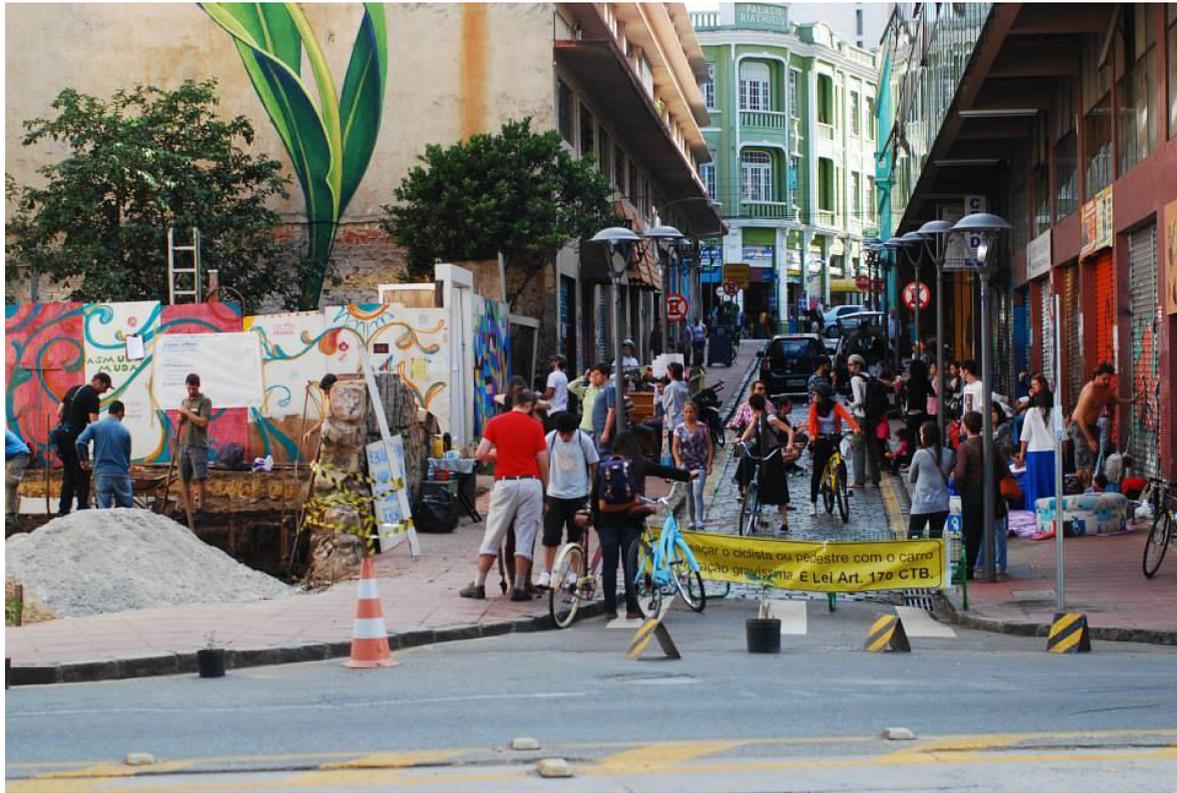


Figura 03: Mutirão de construção. Fonte: Doug Oliveira, 2014

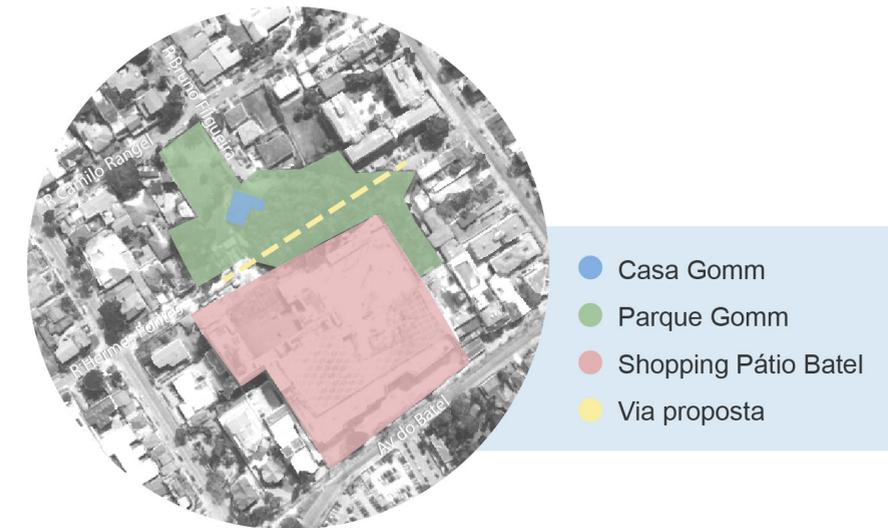
### 3.2 Parque Gomm

O Parque Gomm, ou bosque da Casa Gomm, é o espaço defendido pelo coletivo Salvemos o Bosque da Casa Gomm desde junho de 2013. Localiza-se no bairro Batel (um dos bairros mais nobres de Curitiba), entre as ruas Bruno Filgueira, Carmelo Rangel e Hermes Fontes, atrás do shopping Pátio Batel (Figura 04). Desde 1988, a mansão da família Gomm e seu entorno são tombados pela Prefeitura como Patrimônio Histórico de Curitiba.

Figura 04: Localização Parque Gomm. Fonte: Adaptado Google, autoria própria, 2018.

A partir de 1990, o bosque, de mata atlântica nativa, foi dando lugar à construção do shopping Pátio Batel, inaugurado em setembro de 2013 (ZAMONER et. al, 2015). Para sua instalação, uma casa de madeira de Araucária, pertencente ao governo estadual, teve de ser removida. Além disso, a fim de mitigar o tráfego criado pelo novo empreendimento, foi assinado pela Prefeitura e o Shopping um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que previa a ligação entre as duas metades da rua Hermes da Fonseca, atravessando o parque ao meio (Figura 04) (PIVA, 2016).

Ao saberem da frágil situação do bosque e inspirados pelas manifestações que ocorriam por todo o Brasil, em junho de 2013 é criada a página no Facebook denominada “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” (SBCG). A página criada tinha como objetivo chamar a atenção para a preservação da área, como espaço público e verde, permeando discussões em torno dos temas: planejamento, produção do espaço, engajamento, cidadania, meio ambiente e gestão pública[11]. Em julho, uma ação civil pública conseguiu impedir que qualquer alteração pudesse ser realizada nos terrenos do Parque.



A fim de atrair a atenção do poder público e vivenciar o espaço, o coletivo realizou eventos semanais (Figura 05), como tai chi, criação de uma horta labirinto, mandalas, geodésicas, feira de troca de brinquedos, entre outros, totalizando, desde sua criação, 155 eventos[12], que contavam com a participação de outros coletivos, como o Mobiliza Curitiba, o Minha Curitiba, coletivo de empreendedorismo materno, e o Curitiba Lixo Zero.

Essa diversidade de ações atraiu um público heterogêneo, com pessoas de várias classes sociais em especial a classe média e média/alta, de vários lugares da cidade, de diversas visões políticas e idades, com destaque às crianças.

A grande movimentação dos eventos atraiu o olhar da mídia e possibilitou a abertura de diálogo com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), agora pressionada. Com isso, em julho de 2016, a PMC oficializou, por meio do decreto 644/2016[13], o Parque Gomm como primeiro Parque Comunitário de Curitiba, unificando seis terrenos. A administração da área foi compartilhada entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e um Comitê comunitário formado a partir de membros dos coletivos. O novo TAC da prefeitura, com o Shopping Pátio Batel, previu uma série de obras para melhoramento do parque, como calçadas, deques e espaços cobertos.

Mesmo com a conquista, o coletivo continua a se manifestar, a propor eventos, com menor periodicidade, e apoiar outros coletivos como A Causa Mais Bonita da Cidade e a Horta do Jacu. A fragilidade legal do decreto mantém o espaço do parque em situação de risco, como por exemplo, o anúncio de junho de 2018 de sua transformação em Parque Inglês, o que apagaria seu histórico de luta e construção pelos apoiadores.

**Figura 05:** Piquenique e feira de troca de brinquedos realizada pelo coletivo.  
Fonte: Luiz Carlos Rischbieter, 2015.



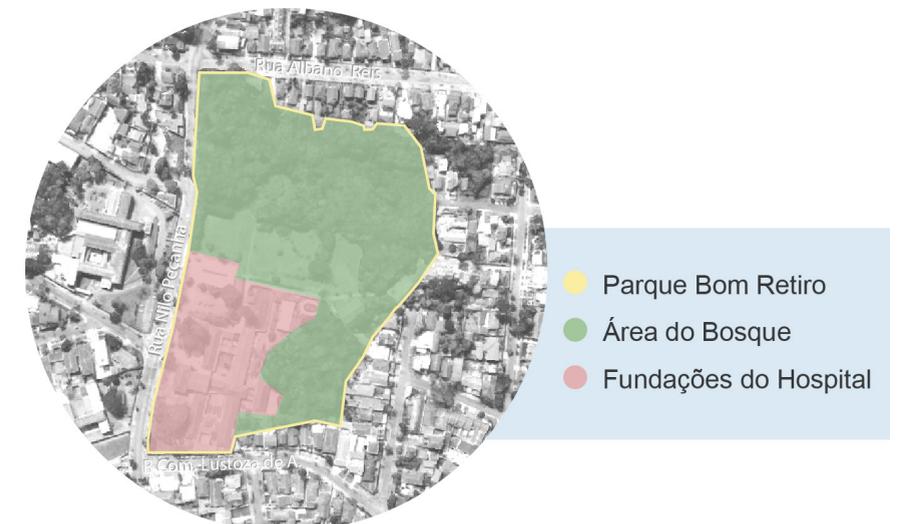
**Figura 06:** Localização Parque Bom Retiro.  
Fonte: Adaptado Google, autoria própria, 2018.

### 3.3 Parque Bom Retiro

O parque Bom Retiro localiza-se entre as ruas Nilo Peçanha, Albano Reis e Comendador Lustosa de Andrade, no bairro Bom Retiro (Figura 06). O espaço, defendido a partir de 2017 pelo coletivo A Causa Mais Bonita da Cidade, abriga um bosque de 50 mil m<sup>2</sup> de vegetação nativa, com araucárias e com as fundações do antigo Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, que funcionou de 1945 a 2006, sob direção da Fundação Espírita do Paraná (FEP).

Em 2012, a área do primeiro hospital psiquiátrico da cidade foi vendida para a incorporadora Invespark, sendo que parte do bosque continua sob administração da FEP. A incorporadora então, munida de um alvará, realizou a demolição da edificação. Esse processo foi alvo de protestos da população, que conseguiu que a prefeitura entrasse com uma ação de verificação para seu tombamento como UIP (Unidade de Interesse de Preservação), o que durou apenas 36 horas e favoreceu a incorporadora (CASAGRANDE JUNIOR, 2017).

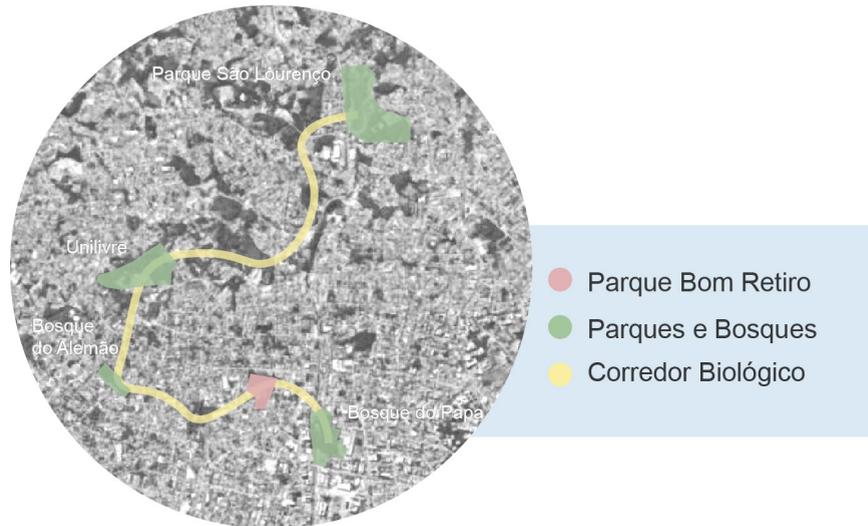
O movimento pela não destruição da área do Hospital Bom Retiro se mantém inativo até agosto de 2017, quando o grupo de supermercados Angeloni anuncia a construção de uma nova loja neste terreno. O abaixo assinado criado em 2012, pedindo que o local se tornasse um parque público, ganha mais força, e encontra no Facebook a formação de um novo coletivo que o levasse adiante: A Causa mais Bonita da Cidade.



O coletivo é formado por um grupo heterogêneo, tanto econômica quanto politicamente, e conta com o apoio de outros coletivos, como o Salvemos o Bosque da Casa Gomm, o Mobiliza Curitiba, a Horta do Jacú, as Hortas Comunitárias do Cristo Rei, e, em especial, o grupo Coletivos em Movimento[14], do qual fazem parte mais de 15 iniciativas de desenvolvimento comunitário, entre eles a Sociedade Global[15].

De acordo com A Causa Mais Bonita da Cidade, a instalação dos 30 mil m<sup>2</sup> do supermercado na região não só apagaria a memória afetiva do bairro e prejudicaria o comércio local, como também colocaria em risco as três nascentes e os dois córregos que alimentam o Rio Belém e o corredor biológico formado entre o Parque Bom Retiro, o Parque São Lourenço, a Unilivre, o Bosque do Alemão e o Bosque do Papa (Figura 07).

Para garantir a preservação do parque e a não instalação do empreendimento privado, o coletivo realiza eventos quinzenais a fim de atrair a atenção da população e do Estado.



Desde 3 de setembro de 2017, o coletivo realizou 36 eventos[16] (Figura 08) entre protestos, bazares comunitários, passeios ciclísticos e piqueniques coletivos, que traziam para discussão os benefícios e usos do parque, além da coleta de assinaturas do abaixo-assinado que conta com mais de 5 mil assinaturas. Por se tratar de um terreno privado e com interesses bem distintos, as ações foram realizadas nas calçadas que rodeiam a área.

**Figura 07:** Corredor Biológico. Fonte: Adaptado google, autoria própria, 2018.

**Figura 08:** Evento realizado nas calçadas do entorno. Fonte: Luiz Carlos Rischbieter, 2017.

Em 27 de Setembro de 2017, um morador vizinho da região e participante da Causa Mais Bonita da Cidade, entrou com um processo no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba, pedindo o tombamento de toda a área (incluindo os resquícios do hospital) como Unidade de Interesse de Preservação (UIP) e a inclusão imediata de um alerta na guia amarela[17] do terreno, o que impediria o início das obras do supermercado. O conselho aceitou o pedido e abriu o processo de avaliação para tombamento da área, o que permanece sem desfecho final.

Com sua localização privilegiada e com a pressão pelos diferentes usos, o grande opositor ao movimento se materializa na figura da rede de Supermercados Angeloni e na Prefeitura Municipal de Curitiba que “entrega o futuro [da cidade] para o grande capital e os grandes empreendimentos” (RISCHBIETER, 2018)[18].



### 3.4 Análise Comparativa

A partir dos três espaços públicos analisados, a Praça de Bolso do Ciclista, o parque Gomm, e o parque Bom Retiro, defendidos principalmente pelos coletivos Ciclolguaçu, Salvemos o Bosque da Casa Gomm (SBCG), e A Causa mais Bonita da Cidade (CMBC), respectivamente, é possível traçar um panorama de como surgem, se organizam e atuam os coletivos em prol do espaço de caráter público em Curitiba. As relações entre as organizações, a população, o Estado e os grandes empreendimentos expressam a dinâmica da cidade conflitual (SOBARZO, 2006) ou insurgente (MIRAFTAB, 2016)

Esses coletivos originam-se de duas formas distintas: enquanto o Ciclolguaçu já é criado como uma associação que defende políticas de ciclomobilidade para a cidade, e se envolve na formulação de políticas públicas com a participação em conselhos; o SBCG e o CMBC surgem no próprio espaço reclamado, o que leva à criação de uma página do Facebook, canal de comunicação e organização dos seus membros. Com isso, percebe-se a importância da rede social na organização dos coletivos, na proposição de eventos, na formulação de repertório de protestos criativos e inusitados.

Outra distinção entre os coletivos é a situação fundiária do terreno. Enquanto a Praça de Bolso do Ciclista era um terreno subutilizado pertencente à prefeitura; os parques Gomm e Bom Retiro, são espaços privados ameaçados pela ação de grandes empreendimentos. Outra diferença é que no Parque Gomm já houve a construção do shopping, e no caso do Bom Retiro o terreno ainda está vazio e o conflito permanece latente.

As disputas pelo uso do espaço e pelas definições do que será feito no futuro são mais contundentes nos terrenos privados do que no terreno público, onde houve aceitação por parte da Prefeitura da intervenção proposta. Como o Bom Retiro possui uma vegetação nativa significativa, os movimentos entendem que esse espaço deveria ser construído democraticamente, atendendo os desejos de uso da população, perpassando, sob a discussão da cidade, sua produção e a participação política.

Pautas consensuais são utilizadas como formas de universalizar interesses e unificar os grupos, visto que existe uma grande variedade de renda, formação e idade dos participantes que vêm dos mais diferentes locais da cidade. Mas todos são de grupos sociais com certa instrução, acesso facilitado à internet, por

vezes estudantes universitários, que não estão reivindicando as condições básicas de subsistência e de moradia como os clássicos movimentos sociais. Além disso, a fim de reforçar sua diversidade, os grupos se mostram apartidários e, em algumas ocasiões, apolíticos[19].

Os três estudos de caso escolhidos, a Praça de Bolso do Ciclista, o parque Gomm, e o parque Bom Retiro se localizam em bairros centrais na regional matriz de Curitiba, Centro, Batel e Bom Retiro (Figura 01), respectivamente. A população desses bairros possui uma renda média mensal entre R\$ 4688,00 e R\$ 9815,00 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017), considerada alta para o padrão de Curitiba, além de toda infraestrutura urbana instalada de asfalto, saneamento e equipamentos públicos. A diferença é que a Praça de Bolso do Ciclista localiza-se no centro antigo, local predominantemente comercial, que à noite fica vazio e subutilizado e possui prédios abandonados e outros degradados. Os parques Gomm e Bom Retiro estão em bairros adjacentes a esse anel do centro antigo, muito valorizados na perspectiva do mercado imobiliário.

A fim de atrair a atenção para a causa, os três coletivos se manifestam com a ocupação e vivência do espaço, na realização de eventos que buscam evitar o embate direto com o poder público. O Ciclolguaçu intervém na Praça de Bolso do Ciclista apenas após o contato e autorização da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), num processo institucionalizado, enquanto o SBCG e a CMBC buscam caminhos para pressionar os donos dos terrenos ou incorporadoras, que são seus opositores, e intervenções para atrair a visibilidade e dialogar com o Estado.

Para a organização dos diversos eventos de ocupação, construção e celebração do espaço, os coletivos se estruturam a partir de um núcleo que coordena suas ações e estratégias. Os eventos abrangem desde shows culturais, piqueniques e feiras de trocas até o recolhimento de assinaturas e a construção de jardins e mobiliários. Eles atraem também o apoio de outros coletivos que enxergam no local a possibilidade de exercer suas pautas específicas, com destaque aos coletivos ambientais, já que todos os estudos de caso apresentaram a proposição de hortas; e aos de ciclomobilidade, que enfocam a existência da cidade para as pessoas.

Apresenta-se ainda o espaço como o lugar da convivência interclassista, lugar de convivência, do lazer como aponta

Rischbieter[20]: “O mote é resistir e criar lugares que sejam para as pessoas se encontrarem, passear com o cachorro, para as crianças brincarem. Misturar, porque não posso existir só trancado com segurança.”

Dentro de suas manifestações e pautas, o Salvemos o Bosque da Casa Gomm e a Causa mais Bonita da Cidade encontram a resistência de grandes empreendimentos comerciais, com fortes interesses privados e especulativos, especialmente na renda da terra, devido à localização privilegiada em bairros consolidados da cidade. Porém no caso do Parque Bom Retiro as lutas são mais difíceis para os coletivos, pois além de propriedade privada, o empreendimento ainda não foi construído. O embate perpassa, de um lado, o uso especulativo do terreno em boa localização e, por outro, a memória, a preservação e o direito ao lazer dos moradores locais. Os três estudos apontaram o Estado como negligente no atendimento aos interesses de uso e preservação do patrimônio natural e construído das áreas envolvidas.

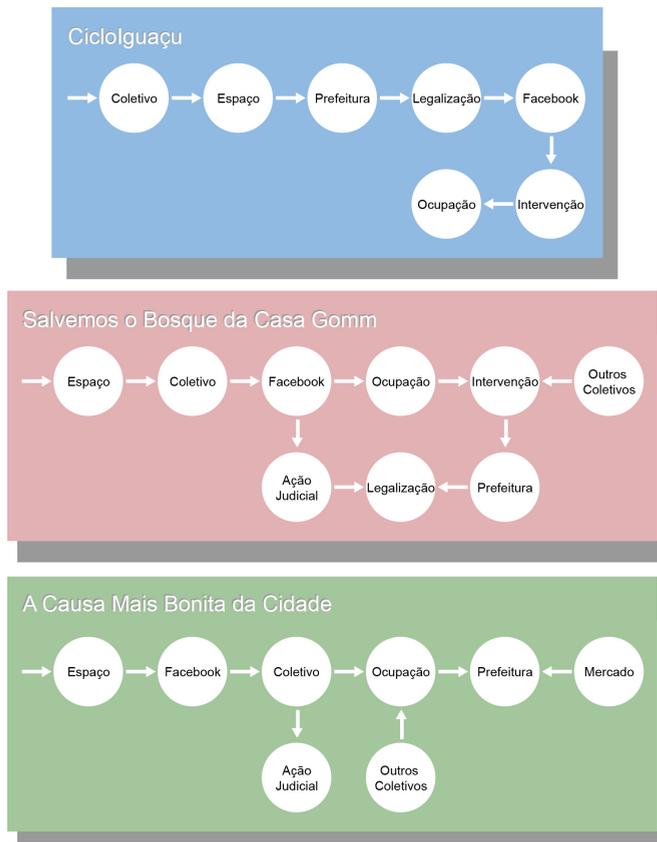
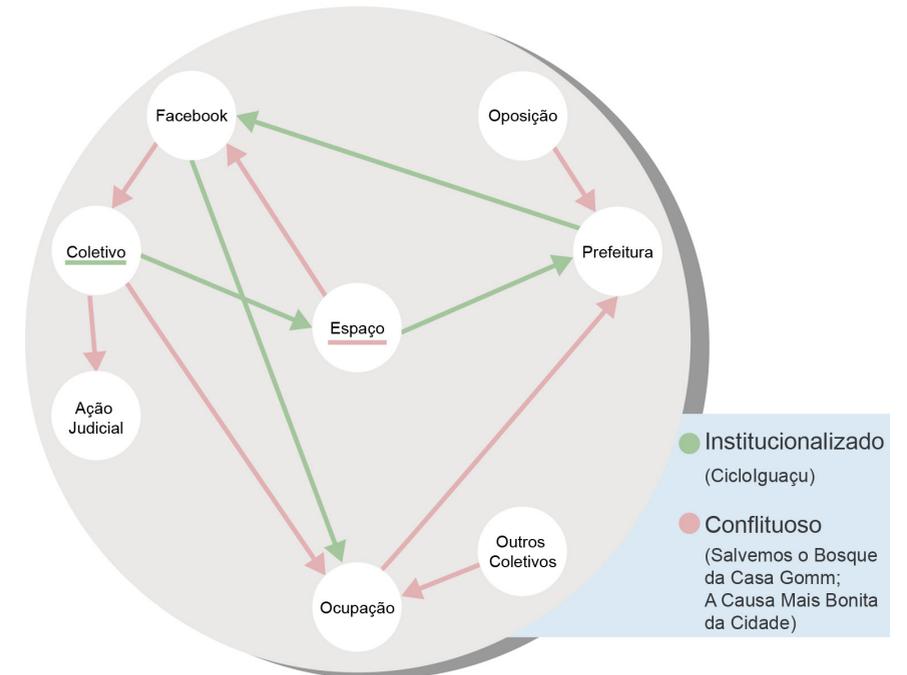


Figura 09: Diagrama síntese dos atores e formas de protesto. Fonte: autoria própria

Figura 10: Diagrama comparativo panorama das linhas de ação. Fonte: autoria própria

Assim, analisando e comparando as práticas e relações dos três estudos de caso, resumidos pela Figura 09, é possível traçar um panorama de duas linhas de ação: (i) um movimento institucionalizado, com pautas específicas, que propõe a construção de um espaço público num local abandonado; (ii) um movimento que surge a partir de um espaço ameaçado, e, visando a sua preservação, cria uma relação de disputa com grandes empreendimentos, e, por vezes, com o poder público. Essas diferenças de ação, ilustradas pelo diagrama da Figura 10, são representadas, respectivamente, pelo coletivo Ciclolguaçu, pelo Salvemos o Bosque da Casa Gomm e a Causa mais Bonita da Cidade.

Pode-se observar também, o desenvolvimento de novas configurações da luta pelo espaço comum, com o aumento da participação de outros coletivos na causa, inclusive estimulando a criação de novos. Um exemplo é a atuação do Coletivos em Movimento, e especialmente da Sociedade Global, com casos recentes como a Praça do Itupava, além dos ativismos em torno da ocupação dos espaços residuais com hortas comunitárias.



#### 4. Considerações Finais

Os coletivos urbanos, na luta pelo espaço público na cidade de Curitiba, são um movimento crescente, insurgente e em constante transformação. Originários de indivíduos de diferentes formações socioeconômicas e políticas, nos casos estudados, de classe média, buscam a criação e preservação do valor de uso dos espaços, em contraposição à cidade dos negócios.

As diferentes práticas e formas de organização caracterizam duas linhas de ação desse ativismo urbano: uma institucionalizada e outra, conflituosa. Na primeira não há disputa, pois a área é um espaço residual de uma quadra. No segundo caso, os usos não foram claramente definidos e as disputas estão latentes entre usos sociais ou privados, sem saber a que atividades se destinarão esses espaços no futuro. Ambas, usando o Facebook como ferramenta de protesto, organizam e incentivam outros coletivos, de maneira a expandir novas leituras em temas como o planejamento urbano, gestão pública, sustentabilidade e participação.

A atuação dos coletivos revela e questiona a atuação do Estado, e sua relação com a população e com os grandes empreendimentos, num embate travado entre as tentativas de dominação (uso econômico) e apropriação (uso social) do espaço urbano. Com isso, a partir de suas causas localizadas, projetam para o futuro uma nova forma de ver, entender e fazer a cidade, com práticas insurgentes e compreendendo que são os agentes sociais que disputam e constroem os usos na cidade.

Dessa forma, entende-se que a construção de uma cidade mais democrática, verde e para as pessoas depende da luta e disputa pelos valores de uso e apropriação do espaço urbano com a retomada dos espaços de uso comum e públicos como local político e de convivência interclassista.

## Notas

1. As manifestações ocorridas em junho de 2013, conhecidas como as Jornadas de Junho de 2013, foram uma onda de protestos que levou milhares de pessoas às ruas em várias cidades do Brasil. O movimento que começou em São Paulo, através de páginas do Facebook, contra o aumento da tarifa do transporte público, foi apropriado posteriormente por uma diversidade de grupos e pautas com suas narrativas próprias.
2. Série de eventos realizados contra o decreto do prefeito de Belo Horizonte proibindo a ocupação da Praça da Estação. Mais informações consultar: <http://www.vermelho.org.br/noticia/123890-8>
3. Série de eventos ocorridos em São Paulo, com o objetivo de revitalizar a região do Baixo centro, próximo ao Minhocão. Mais informações consultar: <http://baixacultura.org/baixocentro-ou-as-ruas-sao-para-dancar/>
4. Protestos ocorridos em Recife pela preservação do Cais José Estelita vendido em um leilão para empreiteiras. Mais informações consultar: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154\\_656256.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html)
5. Coletivo artístico criado em 2002, que buscava, de forma orgânica, ocupar e praticar a cidade. Mais informações consultar: <https://interlux.wordpress.com/>
6. Título de fama internacional, construído sob a lógica do *city marketing*, atribuído à cidade de Curitiba, devido ao planejamento urbano aplicado nas décadas de 70 e 90, sob gestão de Jaime Lerner, mas que não refletem a atual realidade curitibana (OLIVEIRA, 2000).
7. Base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, grupo de pesquisa (UTPFR e UFPR) que tem como objetivo registrar, sistematizar, classificar e prover informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas e diversas manifestações da conflitualidade da cidade.
8. Uma praça de bolso, ou pocket park, é uma pequena inserção em áreas centrais ou em bairros, que tem como objetivo atrair a população e ampliar os equipamentos e espaços de uso público.
9. A bicicletada é um movimento anarquista que se reúne mensalmente para pedalar e celebrar a cidade e a bicicleta.

Mais informações consultar: <https://bicicletadacuritiba.wordpress.com/>

10. Informação verbal em entrevista cedida aos autores em 11 de agosto de 2018.
11. Em entrevista cedida aos autores em 25 de junho de 2018.
12. Contabilizados a partir da página oficial do Facebook até agosto de 2018.
13. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2016/65/644/decreto-n-644-2016-dispoe-sobre-a-criacao-e-denominacao-do-parque-gomm-e-da-outras-providencias>
14. Mais informações consultar: <https://www.facebook.com/coletivosmovimento/>
15. A Sociedade Global é um coletivo institucionalizado que tem como objetivo integrar suas ações de modo a desenvolver uma sociedade democrática e sustentável, encontrando no espaço público seu local ideal. Tem auxiliado na organização e centralização de diversas iniciativas como a do parque Bom Retiro, a praça Himeji, a praça do Itupava, e o coletivo Mão na Terra em Curitiba. Fonte: <http://www.sociedadeglobal.org.br/>
16. Contabilizados a partir da página oficial do Facebook, até agosto de 2018.
17. Guia Amarela da Prefeitura Municipal de Curitiba: documento que resume as principais informações sobre o lote, principalmente dados da Secretaria Municipal do Urbanismo. <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/guia-amarela-emissao/197>
18. Informação verbal em entrevista cedida aos autores em 15 de junho de 2018.
19. Apartidarismo é não aderir, defender ou professar nenhum partido político, enquanto ser apolítico é não se envolver ou se pronunciar sobre questões políticas.
20. Entrevista cedida aos autores em 15 de junho de 2018.

## Referências

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A. **Relatório do Perfil Econômico da Regional Matriz**. 2017. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-matriz.pdf>

ARENDE, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.

CASAGRANDE JÚNIOR, Eloy F. Curitiba quer o Parque Bom Retiro inteiro. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, 04/10/2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/curitiba-quer-o-parque-do-bom-retiro-inteiro-41zy4u4sy88ckccpj7m1yy3t4/> Acesso em: 31 mar 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014. Trad. Jeferson Camargo.

HORI, P. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo. Anais Enanpur*. São Paulo, ANPUR, pp.1-17, 2017.

LIMA, C. H. M. de. Cidade consensual, cidade insurgente: notas sobre o ativismo urbano no centro de São Paulo. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo. Anais Enanpur*. São Paulo, ANPUR, pp. 1-20, 2017.

MAZETTI, H. M. Entre o afetivo e o ideológico: as intervenções urbanas como políticas pós-modernas. *Revista ECO-Pós*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pp. 123-138, 2006.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ. RJ, v. 7, n. 2, pp. 296- 306, 2007.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v. 18, n. 3, pp. 363-377, 2016.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Editora UFPR, 2000.

PATRICIO, L. C. B. *et al.* **Praça de Bolso do Ciclista: uma construção comunitária**. 2015. Disponível em: [http://files-server.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2015/06/15/7C70735A-0300-4B44-93BB-9EC21EBE9308.pdf](http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2015/06/15/7C70735A-0300-4B44-93BB-9EC21EBE9308.pdf) Acesso em: 31 mar 2018.

PIVA, N. Bosque Gomm vira primeiro parque comunitário de Curitiba. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, 06/07/2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/bosque-gomm-vira-primeiro-parque-comunitario-de-curitiba-3w6x4bfupl70vuw9ummy0qjl3>. Acesso em: 31 mar 2018.

RISCHBIETER, Luiz Carlos. Ação dos coletivos urbanos por espaços abertos e de lazer. Entrevista concedida a Rafael José Pivetta. Curitiba, 15.jun. 2018.

SERPA, A. S. P. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online). São Paulo, v.1, n. 19, pp. 93-111, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt**. Tempo social. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 23-48, 1990.

TRINDADE, Analice. Ohashi. da. **“Vale a pena acreditar na cidade”**: o movimento ativista em Curitiba e suas práticas. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016.

ZAMONER, M. T. DC; VAVOLIZZA, R.; CHAVES, L. I. Design para a Inovação Social: a criação do Parque da Casa Gomm. *Revista DAPesquisa*. Florianópolis, v. 11, n. 15, pp. 130-146, 2016.

**\*Simone Aparecida Polli** Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
E-mail: [simonep@utfpr.edu.br](mailto:simonep@utfpr.edu.br)

**Rafael José Pivetta** Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
E-mail: [rafapiv@gmail.com](mailto:rafapiv@gmail.com)